

A PNEM e os subsídios para profissionais, formação e pesquisa: relato de uma experiência acadêmica

Kátia Frecheiras ¹

Fernanda Castro ²

Resumo

O Museu da República e os Museus Castro Maya, vinculados ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), fizeram parceria com o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Iserj), órgão pertencente à Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec), para realização, entre 2014 e 2016, de um Curso de Especialização *Lato sensu* em Educação Museal. Este texto trata das motivações, do desenvolvimento e da avaliação dessa experiência, pontuando conquistas e desafios e apontando para perspectivas de desenvolvimento da área da formação do educador museal, diante das possibilidades colocadas com a definição da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), em 2017.

Palavras-chave

Educação museal; Museu; Formação integral; Pós-graduação.

Abstract

The Museu da República and the Museus Castro Maya, linked to the Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), have partnered with the Instituto Superior de Educação of Rio de Janeiro (Iserj), an organ belonging to the Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Foundation of Support to the Technical School – Faetec), between 2014 and 2016, of a *Lato sensu* Specialization Course in Museum Education. In this paper we discuss the motivations, the development and the evaluation of this experience, pointing out achievements and challenges and pointing to the development prospects of the museum educator, in view of the possibilities posed by the definition of the National Policy on Museology Education (PNEM) in 2017.

¹ Pós-doutora em Educação, doutora e mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio); pesquisadora e educadora do Museu da República/Ibram/MinC; membro da equipe da PNEM; gestora da REM-RJ e integrante da REM-Brasil. katia.frecheiras@museus.gov.br

² Doutoranda em educação na Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), educadora do Museu da Chácara do Céu/Ibram, membro da Equipe da PNEM, gestora da REM-RJ e integrante da REM-Brasil. fernandasantanacastro@gmail.com

Keywords:

Museum education; Museum; Integral training; Postgraduate studies.

Um dos grandes desafios do campo da Educação Museal é a formação de seus profissionais, condição histórica que já dura mais de 90 anos, permanecendo no momento em que foi definida a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), que entra agora na sua fase de aplicação e consolidação.

A importância de implementar um curso que realize uma retrospectiva da história e das ideias do campo e que atenda as demandas históricas desses profissionais e dos museus é relevante, uma vez que as ações educativas tornaram-se um grande elo entre acervos e públicos, permitindo a concretização de uma proposta pedagógica museal para a formação humana.

Nesse panorama, o educador adquire cada vez mais importância nos espaços que promovem processos museais, promovendo a produção coletiva e a disseminação de conhecimento, práticas de pertencimento, diferentes formas de acessibilidade, a inclusão (em todas as suas demandas, como a étnica, a de gênero, a etária, a social etc.) e a tolerância à diversidade cultural, contribuindo para a transformação social com uma pedagogia, metodologias, ferramentas e conteúdos específicos do espaço museal.

Foi nesse contexto que, entre 2013 e 2016, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), vinculado ao Ministério da Cultura (MinC), por meio do Museu da República e dos Museus Castro Maya, junto à Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), por meio do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Iserj), somaram esforços para a elaboração e implementação de um curso de pós-graduação, em nível de Especialização, de Educação Museal.

Após mais de um ano de articulações internas, a primeira turma do curso iniciou-se em 2014 com uma proposta inovadora no Brasil, formando educadores para atuar em museus e instituições culturais, tendo ainda como campo de atuação a área de pesquisa, articulando teoria e prática, contribuindo como um multiplicador de ações voltadas para uma Educação Museal de qualidade, articulada com o contexto social, político, econômico e cultural da sociedade e do mundo. A presente comunicação tem por escopo apresentar o resultado obtido com a primeira turma do curso, relatando experiências em sua coordenação e docência.

O curso: motivações, estrutura, parcerias

A primeira ideia de construir esse curso de Especialização em Educação Museal surgiu após a visita de um grupo de estudantes concluintes do curso de pedago-

gia do Iserj, realizada no Museu da Chácara do Céu. Enquanto se avaliava a ação educativa então realizada e debatia-se sobre a necessidade de maior divulgação desse campo profissional, desenvolveram-se reflexões acerca da formação de seus profissionais.

Após ouvir o relato dos educadores da instituição sobre a falta de espaços de formação específica para educadores museais, um dos visitantes foi enfático em perguntar: “Por que vocês não criam então um curso de especialização?”. O que parecia ser apenas uma reflexão terminou concretizando-se em uma proposta, inicialmente discutida entre os educadores desse museu, Fernanda Castro e Ozias de Jesus Soares, e a professora da turma do Iserj, Fátima Ornellas, que logo recebeu a contribuição e incorporação de Kátia Frecheiras, pesquisadora e educadora do Museu da República.

Estava assim formada a equipe que esboçou o primeiro projeto do curso, levado à discussão em fóruns deliberativos de todas as instituições envolvidas. A essa equipe juntaram-se outros profissionais, professores e técnicos que montaram a proposta de curso, os processos administrativos, os instrumentos jurídicos e a seleção de ingresso que materializaram a criação da primeira turma. Num momento posterior, os educadores Marcelo de Souza Pereira, do Museu da República, e Rossano Antenuzzi Almeida, do Museu Nacional de Belas Artes, somaram-se ao corpo docente, representando os museus do Ibram, bem como Denise Gama, Maria Helena Teixeira, Patricia Manescky, Sandra Santos, Selma Silva e Fátima Ornellas, do Iserj. Vale ressaltar que os educadores ligados aos museus do Ibram são profissionais que atuam diretamente no âmbito da Educação Museal, alguns com longa experiência teórica e prática nesse campo de saber.

É importante frisar que outras dimensões da PNEM, até então em construção, estiveram também presentes no desenvolvimento dessa experiência. Desde o início o curso foi pensado tendo sua proposta debatida e sistematizada a partir do estabelecimento de concepções teóricas definidas. Outros temas que se tornaram princípios e diretrizes da PNEM foram contemplados nesse processo, como a preocupação com a democratização do acesso à formação de futuros e atuais profissionais do campo da Educação Museal e a sua própria experiência e participação na construção coletiva dessa iniciativa.

O curso foi então estabelecido, garantida a gratuidade no seu acesso e permanência, garantidos instalações e materiais, tudo sem movimentar nenhuma verba específica ou extra em nenhuma das instituições. Contou-se apenas com a estrutura que cada museu e o Iserj já tinham disponíveis, com profissionais ligados a essas instituições e convidados voluntários, que participaram de aulas, seminários e demais eventos como uma forma de colaborar com a ação.

As instituições

O Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Iserj)

O Iserj é reconhecido historicamente como locus de Formação de Professores, preocupado com a qualidade da formação de professores da escola básica, e se faz presente desde a época do Império, data de sua origem. Em março de 1932, Anísio Teixeira, que à época era diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, reorganizou o Ensino Normal e fez sua transposição para o plano universitário: transformou-se a Escola Normal em Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Passaram a funcionar junto à Escola Normal um Jardim de Infância e uma escola primária modelo, servindo como centro de experimentação pedagógica. Em seguida, surgiu uma série interminável de decretos que permitem uma visão mais completa da história do Iserj. É indissociável, portanto, que mesmo com tantas reformas pelas quais passou o Ensino Normal, desde o Império, o compromisso prioritário sempre foi com a qualidade da Educação, bem como o esforço em alcançar tal objetivo sempre fez parte da identidade dessa Instituição que luta, há muito tempo, pela defesa do seu Projeto de Formação.

O Parecer nº 258 de 13 de outubro de 1998 credenciou o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Iserj) e autorizou o funcionamento do seu Curso Normal Superior, considerando a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que prevê a formação do professor de 1ª a 5ª série do Ensino Fundamental (Anos Iniciais), no Ensino Superior. Portanto, o locus conquistado pela história da instituição e, tendo este uma estrutura que atende às exigências do Parecer citado, o qualificou, assim, para o funcionamento do primeiro Curso Normal Superior do país, estruturado a partir de diretrizes estabelecidas por pareceres posteriores, como por exemplo a Resolução do Conselho Nacional de Educação, CP nº 1 de 30 de setembro de 1999, que regulamenta os Institutos Superiores. E, ainda no mesmo ano, no dia 18 de setembro, o governador instituiu o CAP/Iserj – Colégio de Aplicação. Os segmentos que compõem o CAP/Iserj são: Educação Infantil (Creche e Pré-Escolar), Ensino Fundamental (1º ao 5º / 6º ao 9º anos) e Ensino Médio (Formação Geral e Formação Profissional em Informática, Secretaria Escolar e Administração).

O Iserj, como espaço histórico de Educação Inclusiva, tendo no seu corpo docente os implementadores do Curso Normal Superior, ampliou, com o apoio da Faetec, a sua atuação com o curso de Pós-Graduação em Surdez e Letramento nos anos iniciais e na EJA (Educação de Jovens e Adultos), em parceria com o Instituto Nacional de Surdos, iniciativa já legalizada mediante Resolução CNE 01/2007. No primeiro semestre de 2009 iniciou-se o Curso de Pedagogia, em equivalência ao Curso Normal Superior, autorizado pelo Parecer CEE nº 10/2009.

Os Museus Castro Maya

Os Museus Castro Maya – Museu da Chácara do Céu, em Santa Teresa, e Museu do Açude, no Alto da Boa Vista – integram hoje o conjunto de museus pertencentes ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), do Ministério da Cultura (MinC). Residências de Raymundo Ottoni de Castro Maya, foram por ele doadas à Fundação privada que levou seu nome. Criada em 1962, foi extinta em 1983, quando ambos os museus, incorporados pela União, deixaram de ser uma Fundação para constituírem o escopo de museus da Fundação Nacional Pró-Memória.

A filosofia dos Museus da Chácara do Céu e do Açude foi elaborada a partir da ampliação do conceito de patrimônio – que atualmente inclui, além dos bens móveis e imóveis de valor histórico e artístico, o meio ambiente e os chamados bens não tangíveis, como a língua de um povo, suas tradições, costumes, conhecimentos técnicos e experiências práticas – e da moderna teoria museológica, que considera como principais responsabilidades dos museus a Preservação-Pesquisa-Educação-Comunicação. Assim, definiu-se para cada um dos Museus Castro Maya um trinômio que identificasse sua prática cultural específica.

Para o Museu do Açude estabeleceu-se o trinômio Museu-Natureza-Cidade, justificado não apenas pelo aspecto óbvio de sua localização na Floresta da Tijuca, como também, e sobretudo, pelos nexos históricos de Castro Maya com a Floresta e pela atualidade da questão da preservação do patrimônio natural. Sendo o museu um fato tipicamente urbano, nada mais apropriado do que refletir sobre essa floresta urbana, remodelada por seu patrono em 1943, como mais um elemento da complexa cidade do Rio de Janeiro que, como mostram as obras dos viajantes que Castro Maya colecionou, inclui, desde o século XVIII, a natureza em seus contornos urbanos.

Assim, cabe ao Museu do Açude desenvolver e apoiar atividades que possam articular temas como educação ambiental, turismo ecológico e estudos do meio ambiente, além da criação do Espaço de Instalações Permanentes: um circuito museológico ao ar livre com obras de artistas brasileiros contemporâneos.

Para o Museu da Chácara do Céu definiu-se o trinômio Museu-Arte-Cidade. A excelência do seu acervo artístico e iconográfico conduz ao compromisso básico com a fruição estética. O caráter original de residência foi mantido, buscando-se preservar a disposição da sala de jantar e da biblioteca e reservar outros espaços para exposições temporárias do acervo, priorizando assim colocar o maior número possível de peças ao alcance do público.

Cabe a esse museu desenvolver e apoiar atividades educativas, exposições, eventos e pesquisas que apresentem a arte e a cidade em sua relação de mútua

dependência. Dessa forma, a prática de difusão cultural alcança a dimensão política de reflexão e desenvolvimento da cidadania.

O Museu da República

O Museu da República foi construído para ser a residência do português Antonio Clemente Pinto, o barão de Nova Friburgo, rico fazendeiro de café. O projeto do palácio foi idealizado pelo arquiteto alemão Carl Friedrich Gustav Waehneltdt, que se inspirou nos palácios existentes à beira dos canais de Veneza, na Itália. Em 1854 iniciou-se a construção do prédio, e somente em 1866, um ano antes do término de sua obra, foi ocupado pelo barão e sua família, tornando-se, por seu luxo e beleza, um dos endereços mais famosos e sofisticados da Corte brasileira.

Com a morte do barão em 1869 e da baronesa no ano seguinte, o palácio foi herdado pelo primogênito do casal, Antonio Clemente Pinto, o Conde de São Clemente. Quando a República foi proclamada, em 15 de novembro de 1889, o palácio pertencia ainda à família Nova Friburgo.

Em fins de 1890, o prédio foi vendido à Companhia do Grande Hotel Internacional, que pretendia transformá-lo em hotel de grande porte. Contudo, com a falência da companhia, o palácio foi comprado por um de seus acionistas, o conselheiro Francisco de Paula Mayrink, tornando-se, assim, o único proprietário do palácio. Mais tarde, enredado em dificuldades financeiras, o conselheiro Mayrink precisou hipotecar o prédio duas vezes, uma delas ao Banco da República, atual Banco do Brasil.

Em 1896, o conselheiro Mayrink e o Banco fizeram um acordo e o palácio foi vendido ao Governo Federal por 3 mil contos de réis. Foi durante o mandato de Prudente de Moraes (1894-1898) que o presidente decidiu a transferência do Poder Executivo para o Palácio do Catete, que permaneceu como sede do governo brasileiro até a construção de Brasília, em 1960. O prédio passou por reformas para ser adaptado às novas funções, tendo sido a obra dirigida pelo engenheiro e arquiteto Aarão Reis de Carvalho, auxiliado pelo paisagista Paul Villon, que transformou o antigo jardim residencial num jardim presidencial.

Nessa reforma foram feitas novas instalações elétricas, sendo construído um ramal de linha férrea destinado à condução de carvão à primitiva usina elétrica que abastecia de luz o prédio. O Palácio do Catete, a partir de então, foi palco dos principais acontecimentos de nossa República. Durante a Era Vargas (de 1930 a 1945), o prédio foi cenário de articulações políticas e econômicas e de grandes manifestações cívicas, trabalhistas e nacionalistas. No segundo governo de Getúlio Vargas, os salões presenciaram nova crise política e militar que culminou

no suicídio do presidente, no dia 24 de agosto de 1954, em seus aposentos particulares.

Coube a Juscelino Kubitschek encerrar a era presidencial do edifício e, como último chefe da nação a ocupar suas instalações, decretar a transformação do palácio em Museu da República. Anos mais tarde, a partir de 1983, quando o Museu deixou de ser o Departamento de História da República do Museu Histórico Nacional, iniciou-se uma nova fase de sua trajetória institucional. Criou-se uma estrutura de gestão autônoma, constando no organograma do Museu as áreas administrativa e financeira, técnica, de documentação e de pesquisa, incluindo, além disso, uma área educativa que centraria todos os esforços na execução de projetos e ações pedagógicas.

Em 1984 iniciaram-se obras de restauração do palácio e anexos, não só por causa do mau estado de conservação dos seus elementos arquitetônicos e decorativos, mas também e principalmente em virtude do comprometimento de sua estrutura e fundações, tendo em vista as obras do metrô para a construção da estação Catete. O Museu ficou fechado para visita, mas o jardim histórico permaneceu aberto. Paralelamente, teve início o desenvolvimento de estudos e ações que visavam à reformulação do Museu, abolindo sua concepção tradicional. Nessa perspectiva, o Museu deixava de ser apenas um local de recolhimento, guarda, preservação e exposição de peças que apenas retratasse fatos e personagens e passava a assumir o papel de espaço de apreensão e compreensão de todo processo histórico, onde o fato e o personagem são redimensionados a partir do contexto em que se inserem.

Hoje, o Museu da República busca cumprir sua missão como casa de memória, “contribuindo para o desenvolvimento sociocultural do país, por meio de ações de preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural republicano, material e imaterial, para a sociedade brasileira, visando à valorização da dignidade humana, a cidadania, a universalidade do acesso e o respeito à diversidade”.

Projeto: organização, disciplinas, ementas, programas, profissionais

O Curso teve como Princípios curriculares gerais estes apontamentos: (1) Trabalhar com a pluralidade cultural, social e política do país; (2) Utilizar e compreender as diferentes produções sociais e culturais na construção do conhecimento dos diferentes públicos recebidos por museus e centros culturais; (3) Desenvolver a capacidade de comunicação e expressão em diferentes espaços culturais; e (4) Utilizar recursos pedagógicos que viabilizem a aprendizagem dos diferentes públicos recebidos por museus e instituições culturais.

Metodologicamente, o projeto do curso foi construído com base nos Princípios curriculares gerais, já descritos, e contendo Ações pedagógicas norteadoras que permearam todos os conteúdos e metodologias que envolveram o Curso: (1) Interdisciplinaridade; (2) Transversalidade; (3) União indissolúvel entre teoria e prática; (4) Democratização ao acesso à cultura e espaços culturais; e (5) Respeito às identidades, à diversidade cultural e ao direito à educação, cultura e preservação do Patrimônio concebidos de forma integral.

Com vistas à própria implementação do currículo do curso, na imediata sequência foram relacionadas e comentadas suas Temáticas Curriculares, que representaram os Eixos norteadores nos quais se distribuem as disciplinas do curso: (1) Sociedade, Educação, Subjetividade Conhecimento: com as Disciplinas de Fundamentos da Educação e História da Educação Museal; (2) Rediscutindo a Educação Museal: com as Disciplinas de Laboratório de metodologias, formação e pesquisa em Educação museal e Conceitos fundamentais da Educação Museal; (3) Políticas Públicas e Pesquisa na Educação museal: com as Disciplinas de Políticas Públicas de Educação Museal e Metodologia Científica I e II; e (4) Saberes e Práticas (Disciplina de Laboratório Experimental/Visitas Técnicas).

O curso foi estruturado em 4 módulos:

- Módulo I** Disciplinas: História da Educação Museal e Fundamentos da Educação, num total de 100 horas.
- Módulo II** Disciplinas: Laboratório de Metodologias; Formação e Pesquisa em Educação Museal e Conceitos Fundamentais da Educação Museal, num total de 80 horas.
- Módulo III** Disciplinas: Políticas Públicas de Educação Museal e Metodologia Científica I, num total de 80 horas.
- Módulo IV** Disciplinas: Laboratório Experimental: Vistas Técnicas (articulação teoria-prática) e Metodologia Científica II (sendo 70 horas para orientação e produção científica com 10 horas de encontros coletivos), num total de 120 horas.

Além dessa estrutura, o curso disponibilizou cinco Linhas de Pesquisa, às quais se vincularam as pesquisas para elaboração dos artigos finais, pré-requisito para a sua conclusão:

- (1)** Construção Histórico-Conceitual e Práxis em Educação Museal: relacionou os conceitos, noções e terminologias às práticas em Educação Museal; investigou as relações interdisciplinares que desenham a confluência entre a educação e museologia; colocou em evidência a construção de projetos políticos pedagógicos nos museus e suas

vinculações teóricas; estudou o campo da formação de profissionais e a produção do discurso normativo do campo.

- (2) Práticas em Educação Museal: tratou das abordagens, metodologias e práticas educativas já realizadas e em andamento nos museus e centros culturais; avaliou projetos, instrumentais pedagógicos e seus desdobramentos. Constituiu-se ainda como espaço para o estudo e desenvolvimento de Projetos políticos pedagógicos produzidos nas instituições museais.
- (3) História das Ideias na Educação Museal: investigou a configuração das ideias educacionais no campo da Educação Museal, principalmente no Brasil, a partir de duas perspectivas: a filosófica, buscando aprofundar os pressupostos que embasam as diferentes correntes e tendências de pensamento; e a histórica, buscando interpretar a trajetória pedagógica das instituições culturais, por meio de seus projetos e ações realizados e pelos diferentes atores sociais, no qual procuraram concretizar tais ideias.
- (4) Políticas Públicas para o campo da Educação Museal: investigou a conformação do campo das políticas públicas de Educação Museal no Brasil, tendo como referência a legislação nacional e internacional. Nesta linha foram estudados órgãos como o Sphan, Iphan e Ibram; os museus na estrutura do Estado e o papel dos órgãos internacionais multilaterais e seus documentos; prêmios, editais e leis de incentivo. Também foram analisadas ações educativas de ordem política como a PNEM, entre outras.
- (5) Educação, Museu, Cultura e Memória estudou a relação Museu e Escola com foco na memória social; analisou as questões da formação didático-pedagógica; as teorias pedagógicas no espaço cotidiano da educação, em diálogo com as demandas das relações socioculturais contemporâneas, com vista à formação integral dos diferentes e diversos cidadãos e cidadãs.

O Edital para a primeira turma do curso ofereceu 45 vagas, sendo 15 destinadas a servidores, funcionários e alunos egressos (concluintes) dos cursos superiores do Iserj/Faetec; 15 destinadas aos educadores museais, e 15 para o público externo (ampla concorrência). No prazo de apenas uma semana de inscrição, o curso contou com 127 inscritos para as provas de seleção, sendo para a 1ª etapa (Prova Escrita): 25 candidatos (vagas Rede Faetec/Iserj), 11 candidatos (que atuavam em museus com experiência mínima de 3 anos) e 91 candidatos (ampla concorrência). Foram aprovados 80 candidatos para a 2ª etapa de seleção (entrevistas), em que 45 candidatos foram selecionados e realizaram matrícula.

Cabe ressaltar o perfil acadêmico dos inscritos aprovados, que demonstra a interdisciplinaridade e amplitude do campo da Educação Museal: 13 alunos com

Bacharelado em: Geografia (1); História da Arte (1); Museologia (6); Turismo (1); História (1); Letras (1); Pintura (1) e Artes (1); 32 inscritos com Licenciatura: Pedagogia (12); Educação Artística (3); História da Arte (1); História (7); Ciências Biológicas (1); Ciências Sociais (3); Letras (2); Artes (2) e Belas Artes (1). O curso contou ainda com 4 Mestres nas áreas de Design; Museu e Patrimônio; Patrimônio Cultural e Arqueologia; 4 Especialistas em História Social; Gestão e Administração de Projetos; Gerência de Recursos Humanos e Administração Escolar, e um inscrito com MBA em Gestão em Museus.

Em 4 de outubro de 2014 o curso teve início com uma Aula Magna do prof. Mário Chagas, no auditório do Museu da República. No meio do ano realizou-se um Seminário no Iserj, com apresentação das pesquisas dos alunos, e para a conclusão do curso foram realizadas as Bancas de defesa dos artigos acadêmicos, agendadas para o período entre 10 de março e 20 de abril de 2016. Por solicitação dos alunos realizou-se uma cerimônia de encerramento (formatura) no dia 23 de julho de 2016, no auditório do Iserj.

O curso teve 380 horas de carga horária, com 8 horas semanais de aulas presenciais no espaço físico do Iserj, aos sábados, das 8h às 17 horas, com um total de 8 disciplinas, 20 encontros cada, e concluíram o curso 30 alunos.

Foram realizadas visitas técnicas a 14 instituições museais (relacionadas no Quadro 1), e a cada três locais visitados, alunos e professores se reuniam para avaliar e analisar as ações pedagógicas observadas e vivenciadas a partir dos contextos teóricos apresentados nas disciplinas que integravam o curso.

Quadro 1 – Visitas Técnicas

Instituições visitadas	Objetivos
Centro de Memória do Iserj e Museu do Iserj	Conhecer um centro de memória com fins pedagógicos
Ecomuseu de Santa Cruz	Conhecer ações educativas em Ecomuseus
Museu da Chácara do Céu	Conhecer ações educativas em museus de Artes
Museu da República	Conhecer uma reserva técnica e seu funcionamento
Museu da Vida	Conhecer ações educativas em museus de Ciências
Museu de Arte do Rio	Conhecer projeto educativo com professores

Museu de Astronomia	Conhecer um Museu Universitário
Museu Escola do Iserj	Conhecer um Museu Escolar
Museu Histórico Nacional	Conhecer ações educativas em museus de História
Museu Imperial	Educação Patrimonial
Museu Nacional	Projetos Educativos e História Institucional
Museu Nacional de Belas Artes	Apresentação de Projetos e estrutura do trabalho educativo
Museu Vivo do São Bento	Conhecer ações educativas em Ecomuseus

Avaliação

O Curso de Especialização em Educação Museal da parceria Museu da República, Museus Castro Maya e Iserj foi avaliada de diferentes maneiras e com diferentes ferramentas.

Um relatório foi produzido e anexado aos processos administrativos criados nas instituições envolvidas. Nele constam imagens, documentos, relatórios, atas e informação produzida ao longo da implementação do curso.

Durante sua realização, também se fizeram consultas aos alunos sobre seu andamento, produzindo alguns dados relevantes. Alguns professores também realizaram, de maneiras distintas, avaliações de suas disciplinas.

Entre o que foi colocado pelos alunos, destacamos:

- 1) proposta sobre possibilidade de realizar o curso de maneira semi-presencial, com introduções presenciais em cada disciplina e aulas a distância, pois o curso foi muito denso e muitos deles vinham de outras cidades do estado do Rio de Janeiro;
- 2) sugestão de que fosse realizado durante a semana, em horário noturno;
- 3) sugestão de que houvesse no conteúdo teórico tratado na disciplina de conceitos uma parte sobre os conceitos e fundamentos da museologia;
- 4) reclamação sobre o volume de leitura: eram 4 disciplinas por dia, e cada professor passava pelo menos um texto (na maioria dos casos, artigos), e, segundo os alunos, era muita coisa para ser lida em uma semana;

- 5) reclamações sobre a quantidade de disciplinas voltadas para a metodologia;
- 6) sugestão de que a disciplina de Laboratório de Práticas analise mais materiais didáticos e projetos já realizados;
- 7) com relação à disciplina de visitas técnicas, os alunos gostariam de ter visitado mais instituições, embora o tempo fosse curto para isso, mas também disseram que algumas visitas foram cansativas.

No caso das visitas técnicas, houve a opção, pela coordenação pedagógica, por se fazer um pedido genérico para cada instituição, informando que tínhamos uma turma de especialistas em Educação Museal, que queríamos conhecer o trabalho educativo, os espaços e os projetos de cada uma. Algumas optaram por promover visitas mediadas, guiadas e orientadas; outras apenas apresentaram *slides* e deram palestras; algumas fizeram os alunos experimentarem os projetos. Sugeriram que direcionássemos o pedido quando da marcação, mas tivemos dúvidas sobre isso e concluímos que a forma como fizemos foi melhor para os alunos conhecerem a realidade do trabalho educativo de cada instituição.

No segundo semestre do curso, com base na avaliação feita pelos alunos sobre a carga horária, alteramos o calendário para que as disciplinas ocorressem de 15 em 15 dias, com horários de 8h às 12h e das 13 às 17h. Alguns alunos se mostraram satisfeitos com a mudança, outros reclamaram e não houve consenso sobre a alteração, nem grande manifestação em torno de um dos formatos testados.

A contribuição do curso pode ser percebida ainda pelos temas dos artigos de conclusão dos alunos que chegaram até o final do processo. São todos pertinentes, desde a questão levantada pela PNEM, tendo em vista sua aplicabilidade até a discussão teórico-conceitual da multiplicidade simbólica do objeto museal como elemento reflexivo. Diversos museus do Ibram tiveram suas práticas educativas estudadas, seja pela revisão histórica de determinado período de atuação na área da Educação Museal, seja pela análise de ações específicas. Trabalhos sobre as relações da Educação Museal com temas ligados à acessibilidade, identidade, relações étnico-raciais, educação de jovens e adultos e pessoas com transtornos mentais também foram investigados. As pesquisas indicam algumas das contribuições específicas dos museus como espaço privilegiado para o tratamento de questões que muitas vezes permanecem silenciadas. Em outras palavras, demonstram o total alcance do objetivo geral proposto inicialmente.

Perspectivas

Uma ação como essa, implementada a partir da força maior do desejo e comprometimento profissional dos educadores nela envolvidos, realizada sem nenhuma

verba específica a ela destinada e com tamanho sucesso, foi interrompida logo após a primeira turma. Uma série de problemas envolveram essa situação. A enorme crise financeira por que passa o estado do Rio de Janeiro desde a conclusão da primeira turma, com implicações na gestão da Faetec e afastamento e mudanças de profissão e instituição de docentes envolvidos na realização do curso, foram as principais causas dessa interrupção. Mas elas somam-se a outras, como a permanente falta de verbas e algumas dificuldades relacionadas à gestão da parceria.

Apesar da grande procura pelo curso e da demanda por sua existência, não se retomou uma relação institucional com o objetivo de dar continuidade ao curso, embora possibilidades de sua manutenção ou transformação sejam vislumbradas.

Essa rica experiência e todo o seu legado documental e pedagógico podem ainda ter continuidade ou mesmo servir como base para a construção de uma nova proposta que mantenha o foco na questão principal levada a cabo por essa iniciativa: a necessidade de oferecer um espaço de formação, debate e construção profissional para educadores museais, para a elaboração de pesquisas e reflexões sobre os temas que cercam a prática e o desenvolvimento teórico da educação museal e de suas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Carta de Belém-PA – Princípios e Parâmetros para a criação e posterior implementação da Política Nacional de Educação Museal. Disponível em: http://fnm.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/Carta_Belem_PNEM_6FNM.pdf; acesso em: 2 abr. 2018.
- BRASIL. Carta de Petrópolis. Subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal. Disponível em: <http://boletim.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/07/Carta-de-Petropolis.pdf>; acesso em: 2 abr. 2018.
- BRASIL. Documento Final da Política Nacional de Educação Museal. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/tipo-publicacao/documentos-e-relatorios/page/2/>; acesso em: 2 abr. 2018.
- BRASIL. Lei nº 11.904 de 14 jan. 2009. Estatuto de Museus. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm; acesso em: 2 abr. 2018.
- BRASIL. Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pnc>; acesso em: 2 abr. 2018.

BRASIL. Plano Nacional Setorial de Museus. 2010/2012. Brasília: MinC/Ibram, 2010. Disponível em: www.museus.gov.br/wp-content/upload/2011/04/plano_nacional_setorial.pdf; acesso em: 2 abr. 2018.

BRASIL. Política Nacional de Museus. Org. e textos José do Nascimento Júnior, Mário de Souza Chagas. Brasília: MinC, 2007. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf; acesso em: 2 abr. 2018.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Museal. Disponível em: <http://pnem.museus.gov.br/>; acesso em: 2 abr. 2018.

IBRAM. Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação em Nível de Especialização em Educação Museal. Rio de Janeiro, 2014.

IBRAM. Relatório das Atividades Desenvolvidas no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Museal. Rio de Janeiro, 2016.

SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/SBM/main.htm>; acesso em: 2 abr. 2018.

Links

Aula Magna do curso de Especialização em Educação Museal: <https://www.youtube.com/watch?v=WsXfP3dQuPc>.

Seminário do curso de Especialização em Educação Museal: <https://www.youtube.com/watch?v=H8tkddWnu94>.

